



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

DPO - Encarregado de Protecção de Dados

Por protocolo assinado no dia 25 de Maio de 2018, o Tribunal da Relação de Guimarães, juntamente com os demais Tribunais da Relação e o Conselho Superior da Magistratura, designaram, em comum, um **Encarregado de Protecção de Dados**, o magistrado judicial Nuno Luís Lopes Ribeiro.

Entretanto, uma vez que este magistrado cessou funções, por adenda ao mencionado Protocolo assinada em 06 de Setembro de 2019 foi nomeada como Encarregada de Protecção de Dados, a magistrada judicial **Ana Sofia Bastos Wengorovius**.

As funções do DPO, em cada um dos Tribunais da Relação e no âmbito da actividade administrativa, tal como descritas no Regulamento (EU) n.º 2016/679, do Parlamento e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 - Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), podem ser sintetizadas no seguinte:

- Informação e aconselhamento dos Tribunais da Relação, seus funcionários e subcontratantes, a respeito das obrigações emergentes do regime de protecção de dados;
- Apreciação da conformidade com esse regime, das políticas e actividades dos Tribunais da Relação, incluindo a repartição de responsabilidades com subcontratados, as práticas de detecção e resposta a eventuais violações de dados pessoais, a sensibilização e formação do pessoal implicado nas operações de tratamento de dados e as auditorias correspondentes;
- Cooperação e ponto de contacto com a autoridade de controlo;

O DPO nomeado pode ser contactado, sobre assuntos relacionados com as suas funções:

- por email, para o endereço:

dpo.csm@csm.org.pt

- por correio, para o endereço:

**Encarregado de Protecção de Dados
Conselho Superior da Magistratura
Rua Mouzinho da Silveira n.º 10
1269-273 Lisboa.**